

# A UNIÃO EUROPEIA COMO PARCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO

*Andrea Ribeiro Hoffmann*

## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo analisa as oportunidades e desafios da cooperação entre o Brasil e a União Europeia na área do desenvolvimento. O principal argumento defendido é que apesar da União Europeia ser o maior parceiro econômico do Brasil, a cooperação para o desenvolvimento ainda não atingiu seu potencial. Um verdadeiro salto qualitativo depende de um comprometimento da União Europeia em assumir os custos de uma redução na assimetria entre os parceiros que decorreria de um compromisso efetivo com a questão do desenvolvimento. O artigo prossegue com uma análise dos interesses comuns entre os parceiros, da prática de cooperação para o desenvolvimento e, finalmente, das perspectivas da cooperação Brasil-União Europeia como um eixo para o desenvolvimento na ótica da política externa brasileira.

## 2. INTERESSES COMUNS NA ÁREA DO DESENVOLVIMENTO

As relações entre o Brasil e a União Europeia são reguladas pelo Acordo Quadro de Cooperação Comunidade Europeia-Brasil (1992), pelo Acordo Quadro Interregional de Cooperação Comunidade Européia e Estados-membros e Mercosul e Estados-partes (1995), e pelo Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica Comunidade Europeia-Brasil (2004). Adicionalmente, a Parceira Estratégica União Europeia-Brasil foi concluída em 2007, e, neste

contexto, dois Planos de Ação Conjunta foram elaborados, para os períodos de 2009-2011 e 2012-2014. Todos estes acordos atribuem um espaço central a cooperação para o desenvolvimento.

O documento mais recente, o Plano de Ação Conjunta 2012-2014<sup>1</sup>, indica como um dos principais interesses comuns a promoção do desenvolvimento sustentável. Dentro deste tema estão incluídos os seguintes objetivos: concluir com sucesso a rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio; desenvolver as relações bilaterais de comércio, investimentos e de negócios; alcançar uma perspectiva comum em relação aos direitos de propriedade intelectual; coordenar esforços da reforma da arquitetura financeira mundial; promover a cooperação na área de transporte marítima e aéreo; promover uma perspectiva desenvolvimentista indivíduo-centrada e não discriminatória da Sociedade de Informação; apoiar o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio através de diálogos bilaterais sobre a cooperação com terceiros países, promover o desenvolvimento social, a redução das disparidades regionais, e a modernização administrativa do Estado; coordenar a ação internacional na área de mudanças climáticas e segurança energética. A promoção da integração regional, i.e. o fortalecimento do Mercosul também é incluído, assim como a cooperação na área de ciência, tecnologia e inovação, e o intercâmbio de pessoas nas áreas culturais e política.

Resumindo, a União Europeia e o Brasil definem a área de cooperação para o desenvolvimento de forma ampla, e têm uma agenda bastante abrangente de interesses comuns, que são explicitados e formalizados em diversos acordos internacionais. Os interesses comuns incluem a coordenação de suas atuações nas instituições de governança global, iniciativas birregionais e bilaterais.

Sem querer diminuir a importância e influência da retórica diplomática e acordos bilaterais na definição dos interesses dos atores da sociedade civil, tais como o setor empresarial, ONGs e redes de advocacia, é importante verificar em que medida os interesses mútuos declarados pelos parceiros correspondem à prática da cooperação para o desenvolvimento. A próxima sessão analisa a prática da cooperação nos âmbitos bilateral e birregional, e a sessão posterior, no âmbito global.

1 [http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms\\_data/docs/pressdata/EN/foraff/124831.pdf](http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/124831.pdf) (acesso em 10/05/2012).



### 3. A PRÁTICA DA COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO NOS ÂMBITOS BILATERAL E BIRREGIONAL

A prática da cooperação bilateral e birregional pode ser analisada a partir de dois elementos: os projetos de cooperação de ajuda para o desenvolvimento da União Europeia que foram ou estão sendo efetivamente implementados, e as relações entre os parceiros nas áreas econômicas tais como comércio, investimentos e finanças. Embora a União Europeia não tenha competências exclusivas nas áreas de cooperação para o desenvolvimento, investimentos e finanças, o artigo parte do princípio de que há um diálogo entre a mesma e seus Estados-membros sobre a complementariedade entre as políticas nacionais e comunitárias. Desta forma, uma análise mais profunda sobre o papel da União Europeia no desenvolvimento deve levar em consideração não apenas suas políticas no âmbito da ajuda de desenvolvimento, mas também os efeitos sobre o desenvolvimento de sua própria existência e de sua atuação e de seus Estados-membros em áreas que tenham um impacto direto sobre o desenvolvimento. Embora seja impossível realizar tal análise no presente artigo, ele busca abordar esta complexidade de forma a contribuir para um diálogo sobre a questão do desenvolvimento que não se limite a aspectos parciais.

Começando pela ajuda ao desenvolvimento, observa-se que a União Europeia tem uma série de instrumentos para implementar suas políticas, e conta com uma parte relevante do seu orçamento direcionado para a área. Para o ano de 2010, o orçamento total da União Europeia era de 141.5 bilhões de euros, e o total alocado para o item 'União Europeia como um ator global' foi de 8.1 bilhões de euros. Vários subitens desta soma podem ser classificados como ajuda ao desenvolvimento, mas note-se que ele inclui também os instrumentos de assistência a candidatos que buscam a acessão ao bloco.<sup>2</sup> Adicionando-se a esse orçamento os de política de ajuda ao desenvolvimento bilateral dos Estados-membros, a contribuição total da ajuda ao desenvolvimento da União Europeia chega a 53.8 bilhões de euros, o que a torna a maior doadora mundial.<sup>3</sup>

2 [http://ec.europa.eu/budget/library/biblio/publications/2010/synth\\_chiffree/syntchif\\_2010\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/budget/library/biblio/publications/2010/synth_chiffree/syntchif_2010_en.pdf) (acesso em 15/5/2012).

3 [http://europa.eu/pol/dev/index\\_en.htm](http://europa.eu/pol/dev/index_en.htm) (acesso em 15/5/2012).

É importante explicitar que o Brasil não é prioridade na política de ajuda ao desenvolvimento da União Europeia, cujo foco atual é o alívio da pobreza nos países de menor desenvolvimento relativo. Dito isso, há uma tradição de cooperação nesta área entre o país, latino-americano e o bloco europeu cuja continuidade se justifica pelas desigualdades internas do Brasil. Ou seja, embora em função dos seus dados macroeconômicos o Brasil não tenha perfil de país prioritário para recepção de ajuda ao desenvolvimento, suas desigualdades econômicas, sociais e regionais são avaliadas como uma ameaça à estabilidade e capacidade de governança. Como consta no relatório da Comissão Europeia para o Brasil para o período de 2007-2013: “O Brasil é uma democracia estável com espaço para melhorias, uma potência política emergente tanto no cenário regional como internacional, uma potência econômica em estabilização, mas ainda uma sociedade desigual, ainda que os indicadores sociais tenham melhorado nos últimos anos, e um país com um meio ambiente rico, mas frágil.” (EC 2006:2, tradução livre).<sup>4</sup> O mesmo documento também indica que a União Europeia prioriza para o período medidas que tenham alto impacto multiplicador sobre a redução de desigualdades tais como na área de transferência de know-how, e a melhoria do conhecimento mútuo via um aumento do perfil da União Europeia no Brasil e vice-versa. A área de meio ambiente é vista como a segunda grande prioridade:

“Com base nesta nova perspectiva, a primeira prioridade estabelecida por este relatório é o estímulo de trocas, contatos e transferência de know-how entre a CE e o Brasil. Os objetivos centrais destas trocas serão o fornecimento de input para a melhoria da inclusão social e a conquista de mais igualdade no Brasil, e a melhoria do conhecimento mútuo em várias áreas de interesses específicos para alavancar as relações bilaterais CE-Brasil. Outro objetivo é o aumento da visibilidade da CE no Brasil e vice-versa. Outra lição aprendida da cooperação no passado é a experiência positiva na área de meio ambiente. Proteger, preservar e melhorar o meio ambiente para as gerações do presente e do futuro, e promover o desenvolvimento sustentável são objetivos estratégicos fundamentais para a CE. O Brasil, dada sua riqueza natural e comprometimento como meio ambiente é um ator central nessa área. Desta forma, como segunda prio-

ridade, a CE pretende apoiar projetos que promovam a dimensão sustentável do desenvolvimento no Brasil, preferencialmente em coordenação com outros doadores para maximizar seu impacto.(...) Os recursos alocados podem ser suplementados por projetos e programas financiados por outras linhas temáticas e pelos financiados através dos programas regionais com o Mercosul e com a América Latina. Itens transversais de inclusão social e boa governança serão incorporados nestes programas (*mainstreamed*) sempre que apropriado.” (op.cit: 3, tradução livre).

Os projetos de cooperação anunciados no Relatório Brasil de 2007-2013 acima citado estão em processo de implementação, mas atualmente ainda estão em vigor vários projetos iniciados anteriormente, assim como os anunciados nos Relatório Mercosul e América Latina.<sup>5</sup> Os projetos atualmente existentes podem ser acessados no site da Delegação da União Europeia em Brasília<sup>6</sup> e são alocados da seguinte forma: Instrumento Europeu para Democracia e Direitos Humanos (European Instrument for Democracy and Human Rights – EIDHR); Programas Temáticos Atores Não Estatais e Autoridades Locais (Thematic Programmes Non States Actors and Local Authorities – NSA-LA); Investindo em Pessoas (Investing in People); e o projeto co-financiado de ONGs (NGOs- PVD). Uma análise do material disponível indica que o setor que conta com mais projetos é o de apoio à sociedade civil (co-financiamento de ONGs e projetos de desenvolvimento por atores não estatais e autoridades locais), com 58 projetos. Em segundo lugar está o setor de direitos humanos (DDH, EIDHR, Investing in People) com 38 projetos. A eles seguem os setores de meio ambiente e desenvolvimento sustentável (PPG7, FLORELOS etc.), cooperação acadêmica (Erasmus Mundus, Institute of European Studies), urbanização e infraestrutura, segurança energética, alívio da pobreza e coesão social, competição econômica (pequenas e médias empresas), modernização da administração governamental, e diálogos setoriais<sup>7</sup>.

5 O Mercosul Mid-Term Review and Indicative Programme 2011-2013, esta disponível em: [http://www.eeas.europa.eu/mercosul/rsp/11\\_13\\_mtr\\_en.pdf](http://www.eeas.europa.eu/mercosul/rsp/11_13_mtr_en.pdf) (acesso em 15/5/2012); e o para América Latina 2007-2013 em: [http://eeas.europa.eu/la/rsp/07\\_13\\_en.pdf](http://eeas.europa.eu/la/rsp/07_13_en.pdf) (acesso em 15/5/2012).

6 [http://eeas.europa.eu/delegations/brazil/projects/overview/index\\_en.htm](http://eeas.europa.eu/delegations/brazil/projects/overview/index_en.htm) (acesso em 10/05/2012).

7 O valor em euros destes projetos pode ser acessado na lista citada acima.



Em suma, a prática da cooperação no âmbito da ajuda ao desenvolvimento corresponde em grande medida às intenções anunciadas nos acordos bilaterais e documentos da Comissão que informam a política externa da União Europeia. Os projetos focalizam as áreas de consolidação democrática e o desenvolvimento social e sustentável, ou seja, abordam a questão do desenvolvimento de uma forma abrangente.

No que se refere às relações econômicas, segundo dados de 2012<sup>8</sup>, a União Europeia é o maior parceiro comercial do Brasil, sendo responsável por 21,7% do valor total comercializado por este país, seguida pela China (14,9%) e Estados Unidos (12,5%). O saldo comercial de bens é positivo para o Brasil em 2,1 bilhões de euros (37,8 de exportações e 35,7 de importações para a UE), e o de serviços, negativo em 4,1 bilhões de euros (5,6 de exportações e 9,8 de importações para a UE). A União Europeia também é o maior contribuidor neto de investimentos externos diretos no Brasil. Em 2010, o saldo de estoque de IEDs no Brasil era de 120,4 bilhões de euros (67,3 inward e 187,7 outward pela ótica da UE), com um fluxo positivo para o Brasil de 14,3 bilhões de euros (7,2 inflows e 21,5 outflows pela ótica da UE).

A cooperação nas áreas de comércio, investimentos e finanças pode ser definida como a capacidade dos parceiros de alcançar consensos no âmbito das negociações de acordos internacionais que tenham uma influência sobre seus fluxos econômicos. A União Europeia e o Brasil participam de negociações no âmbito birregional, através do Acordo Quadro Interregional de Cooperação Comunidade Europeia e Estados-membros e Mercosul e Estados-partes, e no âmbito global, através da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio. As negociações birregionais União Europeia-Mercosul iniciaram em 1999 e avançaram rapidamente em diversos setores, mas sofreram várias suspensões e retomadas em funções de divergências, principalmente nas áreas de produtos agrícolas, serviços e compras governamentais. A mais recente rodada depois da última retomada das negociações ocorreu em março de 2012, e a próxima está prevista para julho de 2012.<sup>9</sup> A longa demora das negociações birregionais e a falta de uma perspectiva concreta para sua finalização

8 [http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2006/september/tradoc\\_113359.pdf](http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2006/september/tradoc_113359.pdf) (acesso em 10/05/2012).

9 <http://trade.ec.europa.eu/doclib/press/index.cfm?id=787> (acesso em 15/5/2012).



é vista como um aspecto negativo da cooperação bilateral.<sup>10</sup> Temas de investimentos e finanças não são tratados em outros âmbitos bilaterais, o Brasil não possui acordos bilaterais de investimentos (BITs) com Estados membros da União Europeia. As negociações da Rodada de Doha são analisadas na próxima sessão.

Em resumo, a cooperação bilateral e birregional no que se refere aos projetos de ajuda ao desenvolvimento, são avaliados positivamente, mas ela não conseguiu gerar consensos em áreas cruciais para o desenvolvimento tais como comércio de agricultura, investimentos e finanças. O valor dos recursos da política de ajuda ao desenvolvimento não são comparáveis aos fluxos econômicos entre os parceiros, e seu potencial impacto, apesar de positivo, é marginal.

#### 4. A PRÁTICA DA COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO NO ÂMBITO GLOBAL

A União Europeia define os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) como elemento central de sua política de ajuda ao desenvolvimento: “O principal objetivo da política de desenvolvimento da União Europeia é erradicar a pobreza a partir de uma perspectiva sustentável. Os oito ODMs são um elemento central para isso.” (tradução livre)<sup>11</sup> Tanto a União Europeia como o Brasil têm um histórico de apoio e fortalecimento do sistema das Nações Unidas. No caso do Brasil, o tema do desenvolvimento tem sido uma prioridade constante em sua política externa e, portanto, também têm destaque os ODMs. O objetivo número oito é explicitamente trabalhar no estabelecimento de parcerias mundiais para o desenvolvimento, e, neste contexto pode ser vista a modalidade de cooperação triangular que a União Europeia e o Brasil têm se engajado. É importante notar que apesar do sucesso da cooperação com a União Europeia no âmbito global, o Brasil também tem se engajado outros países em desenvolvimento tais como China, Índia e África do Sul na chamada cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento, através da qual um modelo alternativo ao tradicional Norte-Sul está se consolidando. A declara-

10 Para uma entrevista de Alfredo Valadão que inclui uma visão pessimista sobre a perspectiva de finalização das negociações veja: <http://www.rnw.nl/espanol/video/valladao-brasil-un-gigante-en-crecimiento-y-liderazgo> (acesso em 15/5/2012).

11 [http://europa.eu/pol/dev/index\\_en.htm](http://europa.eu/pol/dev/index_en.htm) (acesso em 15/5/2012).



ção final do quarto encontro do Fórum de Alto Nível sobre Efetividade da Ajuda ao Desenvolvimento, realizada no final de 2011, em Busan, Coréia do Sul, pelo Comitê de Ajuda para o Desenvolvimento da OECD (CAD-OECD), reconheceu esta pluralidade de modelos, o que tem suscitado uma autorreflexão por parte da União Europeia sobre possíveis mudanças nos padrões internacionais de ajuda ao desenvolvimento (Esteves et al 2011, Lundsgaarde 2011, Vaz 2007).

Assim como no caso da cooperação bilateral e birregional, uma análise da cooperação para o desenvolvimento entre a União Europeia-Brasil no âmbito global deve incorporar não apenas as iniciativas diretamente direcionadas a cooperação para a ajuda ao desenvolvimento, mas também a cooperação nas áreas de comércio, investimentos e finanças. Como já tratado na sessão anterior, a cooperação entre a União Europeia e o Brasil no âmbito da Rodada Doha da OMC não pode ser qualificada como um êxito; os parceiros encontram-se em lados divergentes nas grandes coalizões internacionais, principalmente nos temas da agricultura, serviços e compras governamentais, reproduzindo os eixos de divergência do âmbito birregional visto acima. As negociações da OMC encontram-se estagnadas desde 2008, e é pouco provável que sejam retomadas até que a atual crise financeira seja considerada estabilizada.

Os setores de investimentos e finanças não contam com um fórum de cooperação global no mesmo nível de institucionalização dos de ajuda ao desenvolvimento e os setores econômicos nas áreas de competências da OMC. A área de investimentos, desde a tentativa fracassada de negociações do Acordo Multilateral de Investimentos em 1998, não conta com um arcabouço regulatório internacional (Walter 2001, 2010). Um dos interesses comuns declarados pela União Europeia e Brasil tem sido exatamente ampliar a regulação internacional nestas áreas, principalmente desde a crise de 2008. Na área de finanças o Brasil e a União Europeia participam do grupo G-20, que assumiu um importante papel após o início da crise de 2008. Os principais objetivos do G-20 são a coordenação política entre seus membros de forma a alcançar estabilidade econômica global e um crescimento sustentável; a promoção de regulações financeiras que reduzam riscos e previnam crises financeiras no futuro; e a criação de uma nova arquitetura financeira internacional.<sup>12</sup> Embora a participação dos parceiros no G-20 deva ser vista como um aspecto positivo da cooperação bilateral, isso não significa que tenham uma visão

12 <http://www.g20.org/index.php/en/g20>.





automaticamente alinhada; embora o Brasil tenha uma posição muito mais pragmática do que no âmbito da OMC, por exemplo, o que leva a menos divergências com a União Europeia, a tendência da política externa brasileira tem sido privilegiar a cooperação Sul-Sul e os BRICS (Lins e Silva 2011).

A prática da cooperação para o desenvolvimento Brasil-União Europeia no âmbito global pode ser avaliada como em geral positiva no sentido em que ambos os parceiros atribuem importância vital à existência de instituições de governança global nas áreas afins ao desenvolvimento, mas qualificada pelo fato de os parceiros não compartilham os mesmos objetivos substantivos em várias questões centrais, tanto na OMC como no G-20, por exemplo.

## 5. O LUGAR DA UNIÃO EUROPEIA NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E A OTIMIZAÇÃO DA COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

Como visto nas sessões anteriores, a União Europeia tem um peso considerável sobre o potencial de desenvolvimento no Brasil, tanto em função de sua atuação direta através da sua política de ajuda ao desenvolvimento, mas também, e pode-se dizer, principalmente, através de seu papel de maior parceiro econômico do país. Adicionalmente, a União Europeia tem como uma de suas prioridades a reforma e o fortalecimento das estruturas de governança econômica global, o que na ótica brasileira também favorece o desenvolvimento.

Historicamente, a Europa sempre ocupou um lugar central na política externa brasileira (Amorin 2010, Calcagnotto 2008, Hirst et al 2010, Vigevani 2007). Na conjuntura atual, se por um lado, a União Europeia se apresenta como um parceiro importante na promoção de um sistema internacional mais multipolar, e do multilateralismo como um princípio central da política internacional, por outro lado, ela faz parte do ‘Norte’ em uma concepção de economia política onde o Brasil faz parte da periferia do capitalismo global. A assimetria em termos dos pesos relativos no sistema internacional paira como uma sombra que impede a consolidação de uma verdadeira parceria entre iguais. Neste sentido, somente uma cooperação para o desenvolvimento que vise à diluição desta assimetria e que permita que o potencial de desenvolvimento do Brasil, assim como dos outros países em desenvolvimento, tanto os emergentes como os ainda em situação mais de avantajada, se realize, pode ser considerada uma parceria de sucesso.

Concluindo, a União Europeia só pode ser considerada um eixo da política externa brasileira para o desenvolvimento na medida em que o Brasil perceba que aquele bloco tem um comprometimento efetivo com a questão do desenvolvimento, que inclua a disposição em assumir os custos de uma redistribuição de poder e peso econômico no sistema internacional. A crise que se desenrola desde 2008 poderá significar um ponto de inflexão a partir do qual uma nova configuração se consolide. Neste potencial novo cenário, a União Europeia precisará de parceiros para assegurar que seu declínio relativo não represente uma ameaça à centralidade na política internacional dos seus valores e princípios fundamentais tais como o estado de direito, a democracia e os direitos humanos. A história recente do Brasil é testemunho de que estes são valores compartilhados por ambos os parceiros. Neste sentido, a questão do desenvolvimento deveria ser um eixo central da parceria estratégica bilateral, que não seja abordado apenas pela política de ajuda ao desenvolvimento, mas a partir de uma perspectiva que inclua o papel da União Europeia como ator econômico global e sua capacidade de promover uma redistribuição mais equitativa de recursos.

ANDREA RIBEIRO HOFFMANN é professora na Escola Willy Brandt de Política Pública da Universidade de Erfurt. Ela foi professora visitante de Relações Internacionais na Universidade de Erfurt em 2011. Ela tem Phd em Relações Internacionais pela Universidade de Tuebingen e trabalhou nos departamentos de Relações Internacionais da PUC-RJ entre 2003 e 2008, e da London School of Economics (2008-2010).

## REFERÊNCIAS

Amorin, Celso (2010) 'Brazilian foreign policy under President Lula (2003-2010): an overview'. *Revista brasileira de política internacional* 53.

Esteves, P, et al (2011) 'BRICS, Cooperação para o desenvolvimento e o Fórum de Busan'. *BRICS Policy Center Policy Brief*. Dezembro 2011. Disponível online: <http://bricspolicycenter.org/homolog/uploads/trabalhos/3594/doc/1147811641.pdf> (acesso 15/5/2012).

Hirst, Monica, Maria Regina Soares de Lima, Leticia Pinheiro (2010). 'A Política Externa Brasileira em tempos de novos horizontes e desafios'. *Nueva Sociedad*, Dez.2010.

Lins, M.A.del Tedesco Lins, Leandro P Silva (2011) 'Brazil and the G20: Recent development strategy and strength among New emerging economies'. Disponível online: [http://www.kas.de/upload/dokumente/2011/10/G20\\_E-Book/chapter\\_3.pdf](http://www.kas.de/upload/dokumente/2011/10/G20_E-Book/chapter_3.pdf) (acesso 15/5/2012)

Lundsgaarde, E (2011) 'New actors and global development cooperation'. *EDC2020 Policy Brief* 19 March 2011. Disponível online: [http://www.edc2020.eu/fileadmin/publications/DC2020\\_-\\_Policy\\_Brief\\_No\\_19\\_-\\_New\\_Actors\\_and\\_Global\\_Development\\_Cooperation.pdf](http://www.edc2020.eu/fileadmin/publications/DC2020_-_Policy_Brief_No_19_-_New_Actors_and_Global_Development_Cooperation.pdf) (acesso em 15/5/2012).

Nolte, D, Christina Solte (2010), Selbstbewusst in die Zukunft: Lateinamerikas neue Unabhängigkeit'. *GIGA Focus* 12 2010. Disponível online: [http://www.giga-hamburg.de/dl/download.php?d=/content/publikationen/pdf/gf\\_lateinamerika\\_1012.pdf](http://www.giga-hamburg.de/dl/download.php?d=/content/publikationen/pdf/gf_lateinamerika_1012.pdf) (acesso 15/5/2012).

Vaz, A, Cristina Inoue (2007) 'Emerging donors in International Development Assistance. The Brazil Case'. Disponível online: <http://www.idrc.ca/EN/Documents/Case-of-Brazil.pdf> (acesso 15/5/2012).

Vigevani, T, Cepaluni, Gabriel (2007). 'Lula's Foreign Policy and the quest for autonomy through diversification'. *Third World Quarterly* 28:7.

Walter, Andrew (2001) 'NGOs, Business, and International Investment Rules: MAI, Seattle and Beyond'. *Global Governance*, 7:1.

Walter, Andrew (2010) 'Adopting International Financial Standards: Convergence or Divergence in the Global Political Economy?' in Geoffrey Underhill et al., eds., *Global Financial Integration Thirty Years On*. Cambridge University Press.

Walter, Andrew (2012) 'The Mismanagement of Global Imbalances: Why Did Multilateralism Fail?' in Jochen Prantl, ed., *Effective Multilateralism*. Palgrave, forthcoming 2011-2012.